

Temporalidades e desafios da musealização das ditaduras militares do Cone Sul a partir da análise do *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*

Temporalidades y desafíos de la musealización de las dictaduras militares del Cono Sur desde el análisis del *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*

Temporalities and challenges of musealization of the military dictatorships of the Southern Cone from the analysis of the *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*

Fernanda Luiza Teixeira Lima¹

 <https://orcid.org/0000-0002-5597-1176>

Resumo | Este artigo apresenta alguns resultados da tese de doutorado “Luz e sombra: Lembranças e esquecimentos sobre a ditadura militar do Chile e do Brasil (1990-2018), cujo objetivo é analisar a complexidade de implementação e manutenção de museus memoriais e propor uma reflexão, a partir do estudo de caso do *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos* sobre as potencialidades e limites do imperativo ético-moral dessas instituições, que visa a educação para os direitos humanos e a não repetição desses crimes no presente.

Palavras-chave | Museu de Memórias. Chile. Ditadura. Direitos humanos. Dever de memória.

Resumen | Este artículo presenta algunos resultados de la tesis doctoral “Luz y sombra: Memorias y olvidos sobre la dictadura militar en Chile y Brasil (1990-2018), cuyo objetivo es analizar la complejidad de implementar y mantener los museos memoriales y proponer una reflexión, desde el estudio de caso del *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos* sobre las potencialidades y límites del imperativo ético-moral de estas instituciones, que apunta a la educación para los derechos humanos y la no repetición de estos crímenes en el presente.

Palabras clave | Museo de la Memoria. Chile. Dictadura. Derechos humanos. Deber de memoria.

Abstract | This article presents some results of the doctoral thesis “Light and shadow: Memories and forgetfulness about the military dictatorship in Chile and Brazil (1990-2018), whose objective is to analyze the complexity of implementing and maintaining memorial museums and propose a reflection, from the case study of the *Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos* on the potentialities and limits of the ethical-moral imperative of these institutions, which aims at education for human rights and the non-repetition of these crimes in the present.

Keywords | Museum of Memories. Chile. Dictatorship. Human rights. Duty of memory.

¹ Doutora em História pela Unicamp. Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Na área de pesquisa tem interesse e experiência nos seguintes temas: História da América com ênfase em História do Brasil e do Chile, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura, memória, cinema, historiografia, patrimônio, museu e arqueologia. Membro do Grupo de Trabalho de Arqueologia Pública sobre o DOI-Codi/SP. Interessa-se também pelo ensino e divulgação do conhecimento histórico em plataformas multimídias.

Ao longo do século XX, inspirados pelo conceito ético e historiográfico de “dever de memória”, foram criados museus memoriais como resposta às demandas de movimentos sociais a favor dos direitos humanos e vítimas de atos de violência, em busca de responsabilização, reparação e concretização da justiça transicional de passados reconhecidos como sensíveis.

A experiência de rememorar passados compreendidos por parte da população como traumáticos, foi definitiva para as reflexões no campo da justiça e dos direitos humanos, e para o desenho de uma nova trama metodológica da prática museal. O passado que ainda se estende no presente desafia os paradigmas tradicionais de museus que se diferenciam da forma usual de lembrar as glórias do Estado-Nação ao longo do século XX, sobretudo no continente europeu, para lembrar e ensinar sobre os horrores do Holocausto nazista.

O dever de memória remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas experiências e estabelece como um de seus principais imperativos morais: a luta contra o esquecimento para que os eventos análogos simbolizados do passado não voltem a ocorrer presente.

Acerca dos museus memoriais, geralmente são espaços revitalizados e associados a lugares onde ocorreram as mortes e tragédias, como campos de batalha, prisões, fortes de escravos e campos de concentração. Na literatura, eles são normalmente identificados, como definiu Macdonald (2009, p. 11) como “*difficult heritages*” ou “patrimônios difíceis” ou “sitios de consciência”. Essas expressões identificam o processo de recuperação e patrimonialização de espaços de dor ao redor do mundo, com o objetivo de ligar o passado ao presente e a memória à ação. Esses sítios, como explicou Meneguello (2020, p. 245): “podem assumir a função de memorial ou de local de peregrinação com a finalidade de rememoração coletiva e de reconhecimento de direitos e de reparação”.

Desse modo, a aglutinação dos dois conceitos (memorial e museu de história), ajudou, segundo Sodaro (2018, p.226) a definir uma nova tipologia de museu, a qual assume uma forma cultural “híbrida de comemoração”:

Memorial museums are intended to be about both memory and thinking in the form of historical understanding; they are also aimed at inspiring emotion and affective responses and empathy. This is a broad mandate for any cultural institution; add to this their focus on the most sensitive of subject matter and memorial museums emerge as very complex institutions. In this final chapter, I would like to suggest a few broad conclusions about the form that can be drawn from these five case studies and reflected in dozens of other memorial museums around the world.²

Desse modo, as atrocidades elevadas nos artefatos materiais expostos nesses museus memoriais destinam-se a documentar o que aconteceu de modo a suprimir quaisquer

2 Tradução nossa: Os museus memoriais destinam-se a ser sobre a memória e o pensamento sob a forma de compreensão histórica; destinam-se também a inspirar emoções, respostas afetivas e empatia. Esta é uma data ampla para qualquer instituição cultural; acrescenta-se a isto o seu foco no mais sensível dos temas e os museus memoriais surgem como instituições muito complexas. Neste último capítulo, gostaria de sugerir algumas conclusões gerais sobre a forma que pode ser extraída destes cinco estudos de caso e refletida em dezenas de outros museus memoriais de todo o mundo.

esforços para negar ou relativizar eventos ocorridos e ao mesmo tempo procuram contar a história do passado de uma forma mais profunda e auto-reflexiva, tentando evocar a compaixão em seus visitantes.

Este foi o impulso inicial por trás da preservação de campos de concentração como “Auschwitz Birkenau” na Polônia e “Dachau” na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, e da criação do “*Espacio Memoria y Derechos Humanos*” na Argentina, do “*Memorial da Resistência*” no Brasil, do “*Museo de La Memoria y de los Derechos Humanos*” no Chile e outros espaços que se cristalizaram na forma de museu memorial para rememorar a experiência da ditadura militar de seus países ocorrida durante a década de 1960 à 1990.

Embora haja uma certa consolidação nas missões e objetivos dessas instituições, residem também tensões fundamentais sobre as expectativas em relação aos tempos passado, presente e futuro mobilizados nas narrativas, seja pelo encontro de diferentes passados partilhados ou pelas constantes atualizações de violências decorrentes desse passado que se estendem no presente.

Acerca do tempo histórico, no caso específico do Cone Sul, a impunidade da maioria dos agentes de repressão dos regimes militares, garantida por mecanismos de transição como a anistia³ que concedeu perdão aos abusos cometidos por esses agentes, permitiu um alto poder de barganha política para os militares que continuaram não só ocupar espaços do poder executivo desses países, mas também a cometer atos de violência e abusos contra sua população civil no presente.

Os caminhos eleitos pelos governos para condução da nova democracia foram determinados pela cúpula militar e o apoio dos setores empresariais/políticos de orientação conservadora. Esses setores decidiram a favor da manutenção das políticas socioeconômicas desempenhadas pelos ditadores e uma transição gradual e com rupturas políticas controladas, asseguradas pelo processo de autoanistia nos países.

As práticas de tortura, que marcaram dezenas de milhares de indivíduos, assim como o assassinato e o desaparecimento forçado que atingiram centenas – marcas terríveis da ditadura, indelévels e irreparáveis –, foram incorporadas pelas forças policiais no presente. Somos, deste modo, um continente, que insiste no racismo contra seus povos originários e os descendentes dos negros escravizados e insistimos na coerção, tortura e principalmente no sistema prisional como política pública para coibir a violência.

Ou seja, como ponderou Sodaro: “essas novas formas memoriais e as expectativas por memória ali contidas, não raro, estão em desacordo com a realidade do presente no qual foram criadas” (2019, p.209).

Embora pudéssemos atribuir quase que automaticamente que esse cenário seja resultado justamente do esquecimento do que representou o autoritarismo militar em mu-

3 As gêneses das transições dos países recém saídos da ditadura no Cone Sul foram marcadas pela aplicação do mecanismo de anistia. As anistias concedidas na Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, exceto o Paraguai que permitiram a exclusão de responsabilidade dos agentes de Estado que cometeram violações graves como torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados, ou que tenham dificultado os mecanismos oficiais de apuração e esclarecimento dos casos de violações aos direitos humanos. No caso do Chile, a anistia foi promulgada em 1978, concedendo segurança jurídica àqueles que participaram da repressão entre 1973 e 1978, anos em que houve mais mortes e desaparecimentos no governo de Pinochet. Diferente de outros países que também promulgaram a anistia ao final do regime em negociação com a oposição, foram os próprios militares chilenos que decidiram e assinaram seu texto.

seus ou em outros equipamentos de memória, há cidadãos que não desconhecem a história da ditadura, mas a veem como um período positivo para o país e clamam pelo seu retorno.

Os dilemas do contexto do presente impulsionam desafios para definir as narrativas museológicas nas exposições permanentes dos museus e colocam algumas questões que delineiam as decisões institucionais sobre qual passado e presente deve ser iluminado no espaço: quanto passado e futuro cabem dentro de um museu de memória no presente? A cultura memorial dos museus da ditadura deve se atentar à violência perpetrada no presente? Como a musealização das vivências traumáticas pode levar as sociedades à conclusão de que certos limites não podem ser ultrapassados?

Tais questionamentos revelam disputas importantes pelo lugar da memória da dor, da contemplação e da empatia na sociedade contemporânea e levam a esses lugares a buscar uma nova forma para pensar suas exposições museográficas.

Desse modo, a proposta aqui é traçar algumas dessas urgências e as soluções encontradas por essas instituições, a partir do estudo de caso do *"Museo de La Memoria y de los Derechos Humanos"* em Santiago no Chile.

1 OS MUSEUS MEMORIAIS E AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL

A musealização dos lugares de memória no Cone Sul inclui a identificação de espaços de repressão e geralmente seu processo é oriundo das pressões exercidas por grupos de direitos humanos e/ou por pessoas atingidas direta ou indiretamente pela repressão dos regimes militares.

As iniciativas adotadas em um contexto que ficou conhecido como "Justiça de Transição"⁴ foram baseadas na convicção de que o passado se comporta como um repertório de exemplos sobre o que deve ser imitado e aquilo que não deve ser repetido pelos cidadãos no presente e no futuro.

Sabemos das especificidades de cada país atingido em relação às instituições das ditaduras, das repressões e das transições e reconhecemos a quantidade significativa de estudos sobre a temática comparativa da região. No entanto, examinando mais de perto esses desafios, é possível encontrar sincronias, esses países são forjados e mantidos em sua longa duração da violência: pelo assassinato em massa, pelo racismo, aniquilação da cultura em um ciclo reiventado do horror e de uma forte resistência por aqueles que não aceitam a perpetuação da violência e aguardam por justiça e igualdade em seus territórios.

Não são necessários números e tampouco comprovação para assegurarmos que a maioria das vítimas contemporâneas do poder público desses estados continuam sendo aquelas por motivos raciais, de gênero e de classe social. São cidadãos que vivem em condições precárias, socialmente vulneráveis e que continuam afastados da memória pública.

4 O conceito de Justiça de Transição# foi cunhado em 1991 pela professora de direito Ruti Teitel#, ao se referir aos processos de transformação política e jurídica nos contextos das "novas democracias" da América Latina. Ele se baseia na presunção de que o Estado Democrático de Direito não pode ser construído sobre a impunidade de crimes praticados contra a humanidade. Esse sistema jurídico foi desenvolvido no contexto da internacionalização dos direitos humanos e das mobilizações coletivas por parte de vítimas e dos defensores de direitos humanos, cujos símbolos mais representativos foram os julgamentos de Nuremberg e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conforme o argumento de Gagnebin (2006, p. 56), simbolicamente falando, é “como se houvesse herdeiros de mortos que nunca existiram, que não pertenciam aos vivos e não podem, portanto, pertencer hoje aos mortos”.

Assim, o embate irresoluto para as famílias das vítimas da ditadura que continuam com seus entes desaparecidos na democracia e, ainda, os grupos que continuam sendo massacrados pelo poder estatal em seu cotidiano colocam uma questão sobre até quando uma aposta na memória pública corresponde ao ideal da não repetição. Essa angústia remete a ações e reações onde forças desiguais se enfrentam no choque, nas tensões e nas incertezas.

Os dilemas das diferentes temporalidades sobre a ditadura impulsionam, portanto, desafios para definir as narrativas museológicas nas exposições permanentes de coleções dos museus e colocam algumas questões que delineiam as decisões institucionais sobre qual passado e presente deve ser abordado no espaço. Como destaca Costa (2010, p. 416):

os museus enfrentam o desafio de incorporar outras temporalidades e, cada vez mais, projetos de futuro que envolvam a mobilização de memórias e patrimônios para, por um lado, possibilitar a percepção de “*futuros olvidados*”, na feliz expressão de Martín-Barbero (1999) e, por outro, a construção de plataformas cooperativas de acesso, produção e difusão de saberes.

O passado da experiência da repressão e resistência normalmente elaborado nas ações museológicas, apresenta-se interposto a um presente inacabado e que está se inscrevendo em um campo de batalhas de interpretações e lutas de sentidos; como uma busca pela própria memória no presente.

Acerca do tempo presente, segundo Pereira e Araújo (2018) tentando superar as noções superficiais sobre o presentismo descrito por Hartog (2012), como uma experiência do tempo em que o presente se impõe como o único horizonte, portanto, “sem perspectiva de futuro”, o que vivemos não é apenas um presente alargado sem perspectiva de futuro, mas, sim, um presente que é constantemente atravessado por futuros e passados que se articulam de forma em constante atualização. Para os historiadores (2018, p.294):

O passado e o futuro atual não são consumidos apenas em função de um presente estendido. A imagem de um “presente amplo” ou de um “presentismo” encontra na temporalidade da decadência um parentesco evidente e nos ajuda a entender o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e quase sempre vazio de eventos. Por mais que as novidades se apresentem, sejam mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois “nossa atualidade” se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade.

Neste sentido, pensar as narrativas das ditaduras militares desses museus, implica em enfrentar um tempo com periodizações elásticas, sobre um passado que tem têm fortes efeitos sobre o presente e variáveis cuja especificidade é um regime de historicidade em que os fatos e processos do passado interpelam as sociedades contemporâneas na construção de sentidos que continuam em disputa.

Em 24 de agosto de 2022 houve a “Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus” (ICOM), para pensar as práticas museais na contemporaneidade e para aprovação de uma nova definição de museu. A votação foi resultado de um processo participativo de 18 meses que envolveu centenas de profissionais de museus de 126 Comitês Nacionais de todo o mundo. O novo texto diz:

“Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que investiga, recolhe, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Eles operam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas para educação, diversão, reflexão e compartilhamento de conhecimento.”

Esta nova definição passa a reconhecer as historicidades nos quais se inscrevem esses museus, considerando principalmente a participação do público na construção de suas ações museológicas. A este tipo dinâmica Frisch (1990) elaborou o conceito “*shared authority*”⁵ para se referir a processos de elaboração de conhecimento histórico nos museus constituídos por “pessoas comuns” e o emprego de estratégias de mobilização social para construir com seu público a interpretação e a leitura de seus acervos e coleções, num movimento colaborativo de reconhecimento mútuo.

Ainda sobre conceito de Frisch, segundo Knauss (2018), esse processo inspirou os debates da História Pública que coloca operação historiográfica pelo saber da disciplina em relação com públicos externos ao conhecimento da academia e poderia ser aplicado, como pontua: “a relação dos museus com seus públicos não pode ser naturalizada e nem se resume à neutralidade.” (KNAUSS, 2018, p. 144)

Essa nova definição, em certo modo, ajuda a definir as práticas museais dos museus memoriais, que distinguem-se pelo acolhimento explícito das demandas dos movimentos sociais e à conclamação por mudanças no presente e por novos projetos de futuro.

Isso resulta admitir que não há uma fórmula para a representação das memórias sobre o trauma que não tenha como ponto de partida identificar os seus públicos e produtores de conteúdos do passado a fim de compreender suas linguagens e descobrir suas perguntas do tempo em que vivem em articulação com o passado que se pretende iluminar. Nesse sentido, a história pública e os museus memoriais da ditadura podem ser considerados expressões do mesmo movimento, e não seria demais dizer que os museus se afirmam como um universo de exercício da história pública (SANTIAGO, 2016. pp.143-145).

1.1 MUSEO DE LA MEMORIA Y DE LOS DERECHOS HUMANOS: MUSEOGRAFÍA PARA EL NUNCA MÁS

O MMDH foi inaugurado em Janeiro de 2010 durante uma cerimônia liderada pela então presidente Michelle Bachelet e pelos ex-presidentes da república Patricio Aylwin, Eduardo Frei e Ricardo Lagos, membros da coligação partidária de centro-esquerda Concertación, a qual venceu Pinochet após sua derrota no plebiscito de 1988.

O ato simbólico simbolizou a consagração de um longo processo de reparação realizada durante os governos dos presidentes da Concertación e também a instauração de uma narrativa oficial sobre a experiência ditatorial vivida no país entre 1973 e 1988.

As medidas adotadas como resposta às demandas por verdade e justiça, produziu alguns resultados interessantes de reparação: indenizações, prisão de ex-torturadores, e recuperação de ex-centros de tortura. Embora os governos anteriores tenham realizado um processo

5 Tradução nossa: autoridade compartilhada.

de transição à democracia, o processo de desativação das estratégias de implantação do terror e as instituições que o produziam. foi executado paulatinamente e somente em parte.

Não raro esses governos optaram pelo caminho da conciliação e esquecimento da barbárie a fim de reiniciar o projeto de país. Esse caminho adotado contribui para uma continuidade na manutenção do medo, que tem sido transmitido através das gerações e não marcou o fim das disputas sobre as construções de sentido sobre o período.

Ainda sobre a cerimônia, dois eventos chamaram a atenção da plateia: as vaias ao então presidente da "Comissão de Alto Nível" Mario Vargas Llosa, convidado especial da presidência, que tinha como objetivo realizar um projeto de museu da memória no Peru. Llosa havia recentemente declarado seu apoio ao candidato de direita e oposição à Bachelet nas eleições presidenciais Sebastián Pinera, conhecido por ser menos entusiasta da implementação de políticas de memória o que desagradou o público presente.

O segundo ocorrido foi a interrupção do discurso da presidente por Matías Catrileo, membro da comunidade Mapuche que gritou por justiça pelo seu irmão morto por um policial durante uma ação de despejo de terras na região da Araucanía, durante o governo da ex-presidente.

Poucas semanas depois, outros acontecimentos marcaram o fim do governo de Michelle Bachelet: o terremoto e tsunami de 27 de fevereiro de 2010, que deixou não só um saldo de destruição e morte, mas também a interrupção do recém inaugurado museu, devido aos danos causados, especialmente no interior, como resultado da inundação derivada da abertura de chuveiros automáticos de incêndio e da quebra de vidros e vitrines.

Todos esses sinais, simbolizaram o que seria a complexidade da implementação do projeto e dos atores envolvidos.

As justificativas para a edificação do espaço estavam em andamento desde 2003, durante o governo do presidente Ricardo Lagos, que recebeu o apelo para a construção de um lar permanente para arquivos e documentos sobre os crimes cometidos pelos agentes do estado durante a ditadura militar, por uma coalizão formada de ONGs de direitos humanos e organizações de famílias e sobreviventes .

A proposta inicial de seu governo era criar a "*Casa de La Memoria*" para receber os documentos reunidos por essa coalização de organizações, as quais seriam também as responsáveis pelo gerenciamento e execução do projeto. Entretanto, o financiamento estatal não ocorreu e um novo projeto foi reelaborado durante o mandato da presidente Bachelet, após sua chegada ao poder em 2006.

A presidente anunciou, no mesmo ano de sua posse, que a administração do museu seria de escolha do governo executivo e que os arquivos reunidos deveriam ser entregues ao espaço para serem exibidos junto às informações coletadas pelas comissões nacionais da verdade: "Informe Rettig" (1991) e "Verdade e Reconciliação" (2002).

María Luisa Ortiz e sua equipe ficaram encarregadas pela formação do acervo que se constituiu como a base do futuro museu. A coleção⁶ contempla desde arquivos institucio-

6 *Catalogo de Fondos y Donantes. Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos*. Disponível em: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-las-colecciones/catalogo-de-fondos-y-donantes>. Acesso em 20 de janeiro de 2023. O acesso aos arquivos contidos no museu, assim como da "*Fundación Documentación*" e "*Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*", é regido por políticas que priorizam o apoio vítimas e suas famílias ou representantes que necessitem de informações ou documentação para iniciar ou manter processos ju-

nais de organizações dedicadas à defesa de direitos humanos, arquivos do Estado e documentos pessoais das vítimas de repressão, alguns dos quais declarados Memória do Mundo pela UNESCO.

Conforme relataram Hite e Collins (2009, p. 21) as associações protestaram contra a decisão do governo executivo e rejeitaram a versão de uma memória oficial unificada pela voz do consenso em torno do roteiro político-institucional conduzido pelos governos da *Concertación* nos últimos anos. Segundo as autoras, esta foi uma das primeiras tensões no desenvolvimento do museu. Como descreveram Hite e Collins (2009, p. 398):

O MMDH passa então, a ser visto como o projeto “definitivo” do governo de Bachelet e como símbolo da política de reconciliação da própria “*Concertación*”, que se dedicara nos anos anteriores a resgatar a memória da ditadura e ao mesmo tempo evitar a revogação da autoanistia e condenação dos militares (LAZZARRA, 2011, p. 63).

Para elevação do edifício, foi feita uma chamada para concurso público internacional de arquitetura como forma de apaziguar as negociações, tendo como vitorioso o escritório brasileiro “Estudio América” do qual faziam parte Carlos Dias, Lucas Fehr e os chilenos Mario Figueroa e Roberto Ibieta. Como mostra a Figura 1, se trata de um projeto monumental que busca representar a paisagem chilena, entre mar e montanhas, através de grandes janelas semitransparentes na cor verde, coberto por uma malha de cobre, que flutua sobre dois espelhos de água:

Figura 1. Entrada principal do Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos (Santiago).



Fonte: Fotografia Cristobal Palma (2011)⁷.

diciais para obter justiça ou acesso aos benefícios das políticas de reparação; também é dada prioridade a estudantes ou acadêmicos e investigadores que desenvolvam estudos sobre temas relacionados com a história recente, bem como aqueles que desenvolvem projetos de educação ou conscientização em torno aos direitos humanos.

7 PALMA, Cristobal. Estudio Palma. Chile. Disponível em: https://cristobalpalma.com/museo_de_la_memo-

A montanha e o mar são os limites naturais do país e atravessam o país de norte a sul, apesar das diferentes paisagens existentes, a escolha desses elementos naturais serve segundo justificativa dos arquitetos, para demarcar as características do território chileno. Como explicam: “Um país único entre a cordilheira e o mar, um museu que pretende homenagear através de um olhar simbólico, estes dois biomas determinantes da geografia chilena inscritos na alma do seu povo (ESTUDIO AMERICA, 2007).

Além disso, foram considerados painéis laterais de vidro e treliça metálica em cobre e carvão (carbono), minerais importantes para economia do país e que também aparecem presentes na materialidade interna do edifício.

Os elementos geográficos são, portanto, elementos comuns que fazem parte da identidade de todas as regiões do país e funcionam como um símbolo que alude à integração nacional, cujo passado de identidade chilena destaca. Estefane (2013, p. 161) comenta que a escolha pelas principais *commodities* do país expostas de forma monumental, ajuda a demarcar a diferença do MMDH em relação aos outros memoriais e museus da memória sobre a ditadura:

Embora surja como a sequência lógica do trabalho realizado pelas comissões da verdade, o museu também sinaliza uma ruptura com a tradição dos memoriais no Chile. Em um ato sutil de substituição, o museu se apresenta como uma versão mais moderna em relação a todas as tentativas anteriores de luto e lembrança no país. (ESTEFANE, 2013, p.161).

De acordo com essa interpretação, a orientação proposta pelo projeto arquitetônico não é aleatória, mas visa uma alegoria da diversidade, da esperança no futuro e na totalidade do território da nação. Além disso, o museu, ao contrário de muitos museus memoriais da ditadura, não corresponde a um ex-centro de detenção e, tampouco, sua localização é identificada diretamente como lugar de atividades de repressão pelos militares no período.

Ou seja, através da metáfora desses elementos e a escolha por um território neutro, pretendeu-se mostrar que os conteúdos que estão no museu dizem respeito a todo o Chile e corroboram para o propósito histórico de reconciliação e consenso mobilizado pela *Concertación* nos últimos anos.

O MMDH adquire, assim, uma função de museu nacional da ditadura e um local de educação que promove uma ética do “nunca mais”. A missão do espaço é aliada, ainda, à função de salvaguarda de coleções, e de estimular a reflexão e o debate sobre a importância do respeito e da tolerância para que esses eventos nunca se repitam.

A proposta museográfica da exposição principal foi concretizada pela empresa chilena “*Arbol de Color*”, o projeto foi criado a partir dos documentos doados pela coalização de direitos humanos e familiares e os dados fornecidos pelas comissões da verdade, constituído, portanto, os principais temas geradores da exposição.

Embora pretenda uma configuração que abranja os impactos do golpe de estado em todo país, as memórias exibidas possuem seu recorte narrativo determinado pelos acervos e informes chilenos que priorizam as violações cometidas na capital chilena o que dificulta a inclusão de outras narrativas que não foram contempladas por estes documentos.

[ria_y_los_ddhh](#). Acesso em 19 de janeiro de 2023.

Foram pouco incluídas, por exemplo, as memórias de setores populares em suas várias complexidades nos destaques destas instituições: indígenas, negros, gays, pobres, miseráveis e outros grupos à margem da sociedade que geralmente figuram sempre em exposições itinerantes ou em andares coadjuvantes do espaço. Há uma ausência de uma pauta identitária no colecionismo e exposição permanente do museu, e esse ocultamento reforça o caráter de inexistência desses grupos na democracia que, no presente, continuam sendo as maiores vítimas do sistema de repressão.

Essa noção fica evidente no circuito do MMDH: o início do golpe militar chileno é explicado a partir da derrota da Unidade Popular após o bombardeio ao Palácio La Moneda⁸, pela apresentação de modalidades da censura e repressão política durante o regime. O percurso se encerra com o plebiscito de 1989, com a vitória de Patricio Aylwin colocando fim ao estado violento de Pinochet.

Os elementos museográficos se distribuem nos espaços em um circuito linear-evolutivo, os eventos narrados são explicados de forma cronológica: o surgimento da ditadura chilena, a organização da repressão nos espaços nacionais e as estratégias de enfrentamentos, como mostra a tabela apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 - Tabela organizacional das zonas e eixos temáticos da Exposição Permanente do MMDH.

Primeiro Andar	<ol style="list-style-type: none"> 1. Los derechos humanos, un desafío universal <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Vitrina Informe sobre las Comisiones de la Verdad en Chile 1.2 Memoriales
Segundo Andar	<ol style="list-style-type: none"> 2. Fin al Estado de Derecho <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Muro Detenidos y Desaparecidos 2.2 11 de septiembre 2.3 Sala Quiebre del Estado de Derecho 2.4 Condena internacional. Chilenos saliendo al exilio 2.4 Represión y tortura 2.6 Sala dolor de los niños
Terceiro Andar	<ol style="list-style-type: none"> 3. La demanda por verdad y justicia <ol style="list-style-type: none"> 3.1 La lucha por la libertad 3.2 La vuelta a la esperanza 3.3 El fin de la dictadura: Plebiscito y Constitución 3.4 Ausencia y memoria 3.5 Zona "Nunca Más" 3.6 Más que nunca

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados no site da Instituição⁹.

⁸ No dia 11 de setembro de 1973, às 10 da manhã, os tanques abriram fogo contra o Palácio de La Moneda, onde estava residindo o presidente da Unidade Popular Salvador Allende, o qual recusou-se render-se ao almirante Carvajal e sua oferta de um avião para o exílio. Ao meio-dia, bombardeiros da Força Aérea lançaram mais de vinte bombas explosivas ao longo de quinze minutos sobre o Palácio do Governo, que começou a arder na ala norte, e assim se instalou o golpe por todo país.

⁹ Sobre o Museo. Site do Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. Disponível em: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

Embora no circuito museográfico os crimes cometidos durante a ditadura sejam visivelmente reconhecidos, os contextos que originaram esse passado violento não são aprofundados na exposição. A sociedade é representada por elementos de generalização nominal, como uma entidade homogênea que viveu o processo histórico e o influenciou sem nenhuma distinção. Esta sociedade não se vincula ao autoritarismo, mas, sim, à luta contra ele.

Além disso, há por trás dos elementos apresentados, uma representação idealizada das organizações militantes e das suas ações contra o regime militar, tendo como objetivo único a retomada da democracia e não seu projeto ideológico para o país. Assim como não há perpetradores diretamente associados e, tampouco, uma complexificação dos motivos das lutas desses grupos trazidos à luz.

Isto é, os militares e militantes são vistos, de alguma forma, “sem rosto”, distanciados do público, conduzindo o processo de opressão e censura sem uma explicação adequada do porquê, caracterizados, portanto, como blocos sem profundidade real. Os soldados de Pinochet sempre aparecem representados impecavelmente uniformizados, com táticas de repressão eficientes, exibindo, ao mesmo tempo, um olhar e comportamento distantes dos humanos e de sua realidade ao redor. Os crimes cometidos são visualizados como uma progressão inevitável, através de estágios sucessivos para a aniquilação total, como se houvesse sempre um plano preconcebido.

Uma segunda aporia ocorre que o contexto histórico de repressão apresentado do Chile se apresenta na exposição permanente, ao mesmo tempo em que a violência estatal continua produzindo vítimas no cotidiano, impondo grandes desafios às políticas de memória públicas, como para a equipe do museu memoriais que apresenta o fim da ditadura nesta conjuntura de permanência do abuso estatal.

Em 2019, por exemplo, os relatos sobre truculência pela polícia aumentaram, especialmente após as manifestações de 18 de outubro, após o levante de milhares de chilenos insatisfeitos contra a política governamental de Piñera nas ruas e que receberam como resposta ataques violentos das forças militares. Mais de 200 pessoas tiveram comprometimento ocular ocasionado por tiros de bala de borracha ou por esferas de chumbo contra os manifestantes. (SMINK, Veronica, 08 de novembro de 2019)

Embora as violências praticadas no regime militar¹⁰ narradas nesses espaços não sejam, necessariamente, as mesmas da democracia, guardadas as diferenças entre os dois países, a violência contra as mulheres, o desaparecimento de corpos na periferia, a tortura por confissão contra o pobre, preto, a repressão aos grupos indígenas, que se aplicaram nas ditaduras e se replicaram na democracia chilena e brasileira, nos colocam uma questão sobre a aposta na recuperação do passado correspondem ao ideal da não repetição.

Tais cidadãos não são um novo alvo, são corpos que já estavam na mira da violência e que, como veremos, possuem pouco poder de articulação financeira e de reconhecimento nas políticas públicas. Resguardando as especificidades de caráter social de cada país, as experiências desses grupos socialmente vulneráveis foram invisibilizadas tanto no estado

10 Habitualmente, as violações narradas nesses museus dizem respeito, prioritariamente, à perseguição política contra os opositores do regime que se rebelaram contra o regime ditatorial. Os métodos de tortura utilizados eram basicamente para obter informações contra os ditos “subversivos” ou os “inimigos internos” da época.

de exceção orquestrado pelos militares, quanto nos diversos mecanismos de memória implantados ou financiados pelos governos democráticos mencionados.

A a ditadura aparece, assim, como um interregno na trajetória de uma sociedade democrática, cujos governos foram derrubados por uma mera aberração e excesso militar, no lugar de uma implantação calculada da violência, orquestrada pelos militares e por setores civis-empresariais das sociedades em questão. Na representação de um triunfante regresso à democracia, tudo parece desaparecer.

1.2 A PERSPECTIVA DO “MÁS QUE NUNCA” NO MMDH

O comportamento hiperconectado da sociedade contemporânea demarcou um espaço determinante para reivindicar presença e legitimidade nas narrativas museológicas, para referendar ou refutar os modos de se dar luz ao passado representado pelas plataformas de redes sociais disponibilizadas por essas instituições. Os comentários, os rechaços e as demandas expostas pelos usuários recolocam o sentido atribuído aos museus que se encaixam neste cenário como mais um participante do debate, e não o gestor que determina o que fazer ou não ao lembrar ou esquecer determinada memória.

Segundo os dados do Comitê de estudos¹¹ do MMDH (2017 - 2019, p. 15) nas páginas das redes sociais e livros de visitantes, foram classificadas alguns temas que deveriam aparecer na exposição permanente do museu, tais como: *“causas LGBT, “pueblos indígenas, prejuicio contra imigrantes, medio ambiente, tema del trabajo, educación y psd aparecen clasificado no estudo, como “temas que no son leídos”*.

A diretora de Comunicações Paula Sanchez, em entrevista concedida à mim no dia 20 de fevereiro de 2019, disse ter se sentido em uma encruzilhada ao receber denúncias de abusos cometidos durante as manifestações pela página do Instagram do MMDH por não abordarem a violência ocorrida em museu dos direitos humanos que se propõe a ação. Sanchez revela ter acatado o pedido, mas ao mesmo tempo sofreu resistências internas e preocupação com o esvaziamento da principal missão do espaço, que é tratar do período específico da ditadura (Paula Sanchez em entrevista realizada à Lima em 20 de fevereiro de 2019).

No entanto, em 2018, houve uma quebra em relação ao tema gerador do museu, após a saída de Ricardo Brodsky que ocupou o cargo de direção executiva até o ano de 2017. Francisco Estévez Valencia assumiu o posto e propôs, em seu primeiro ano de gestão, um alargamento do enfoque temático da instituição no plano museal do ano seguinte. Conforme argumentou, a defesa da democracia e dos direitos humanos pela narrativa das vítimas exclusivas deste passado não é suficiente para enfrentar as ameaças que provêm do comportamento negacionista e para o aprofundamento da consciência social em torno de lembrar para não se repetir. Em suas palavras (ESTÉVEZ, 2017, p. 18):

la sola intención no es suficiente para afrontar las amenazas que vienen de las conductas negacionistas, esto es, aquellas operaciones que de manera deliberada buscan negar la verdad, desconocer la justicia, promover la impunidad, burlar la dignidad de las víctimas, y finalmente justificar los gravísimos hechos de ejecucio-

11 A avaliação do Comitê, bem como os dados compilados por esses estudos foram fornecidos por Beatriz Aguila, membro da equipe de Estudos de Audiência do Museu. Para acesso aos dados foi necessário assinar um termo de responsabilidade.

nes, detención y desaparición, tortura, exilio y otras formas represivas que tan dolorosamente afectaron a nuestra sociedad durante los años de la dictadura cívico militar. "Asumimos que la consecuencia ética de defender los derechos humanos en tiempos de dictadura es seguir haciéndolo en democracia."¹²

Assim, foi adotado como eixo o temático a noção "Más que nunca" a qual atualiza a expressão "Nunca mais" para uma luta contra as violações aos direitos humanos atenta e permanente no presente. A partir dessa perspectiva foi inaugurada em outubro de 2019, uma nova sala de encerramento com o imperativo "Más que Nunca", a qual abriga uma instalação multimídia com a exibição de 30 imagens sobre as vítimas da ditadura, mas essa apresentada por uma proposta diferente.

O slogan da expressão "Nunca Más" para "Más que Nunca", reconfigurado pela equipe museológica, do MMDH passa a ter a consequência ética de defender o direito à memória da ditadura e dos direitos humanos com uma chamada mais ativa no presente da democracia. Ou seja, o "nunca más" é fundado como um lema de que nunca mais haveria esse tipo de violação de direitos humanos. No entanto, isso não se concretizou. A adoção do "más que nunca", nesse sentido, implica em assumir uma responsabilidade pelo que ainda continua a acontecer e a oferecer uma visão crítica à sociedade para se manter vigilante na missão permanente do "nunca mais".

Localizada no terceiro andar, a última sala da exposição abriga uma instalação multimídia que inclui vídeos coloridos e depoimentos de pessoas pertencentes a diversos povos indígenas¹³, como mostram as Figuras 2 e 3:

Figura 2 - Detalhes da seção "Más que nunca" do MMDH.

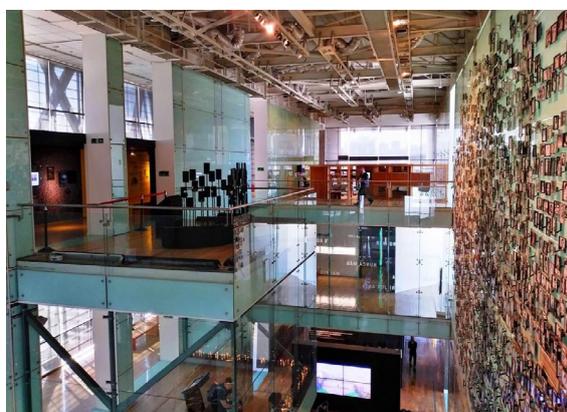


Figura 3 - Detalhes da seção "Más que nunca" do MMDH.



Fonte: Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. Acesso em 14 de jan. de 2022.

12 Tradução nossa: A intenção por si só não é suficiente para enfrentar as ameaças que provêm do comportamento negacionista, ou seja, aquelas operações que procuram deliberadamente negar a verdade, ignorar a justiça, promover a impunidade, escarnecer da dignidade das vítimas, e finalmente justificar os atos muito graves de execuções, detenções e desaparecimentos, tortura, exílio e outras formas de repressão que tão dolorosamente afetaram a nossa sociedade durante os anos da ditadura civil-militar. Assumimos que a consequência ética de defender os direitos humanos em tempos de ditadura é continuar fazendo isso na democracia. ESTEVEZ, Francisco. Guia e Orientaciones Estratégicas. Memoria Anual. Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. 2017. Chile. Disponível em: https://museodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2018/04/MEMORIA_ANUAL_2017_OLD.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2021.

13 Representantes dos povos Quechua, Aymara, Yagán, Colla-Diaguíta, Mapuche, Pehuenche, Selk'nam e Kawesqar.

Esse setor incorporou as memórias dos povos originários do Chile, acerca de suas experiências no período da ditadura no Chile. Além disso, segundo Paula Sanchez (2021): “a escolha da contextualização da questão indígena na ditadura e no presente, dispostas em vídeos, partiu de uma decisão da equipe de que o museu não deveria falar por essas testemunhas, mas que elas deveriam falar por si”. A autora, acrescentou ainda que a escolha pelos povos originários partiu de uma dívida antiga com essas comunidades que não se sentiam suficientemente representadas dentro do espaço.

Além da temática do regime de Pinochet, as 30 entrevistas disponibilizadas nos monitores, versam sobre questões acerca da autonomia, território, identidade, cultura e a relação dessas comunidades com a sociedade e o Estado chileno democrático. Um aspecto interessante sobre a sala refere-se a sua posição que aparece sobreposta à instalação fotográfica com imagens em preto e branco dos mortos e desaparecidos da ditadura. A escolha oferece um espaço interessante para interrogar quais experiências ou quais vítimas foram excluídas do acoplamento de memória e direitos humanos na cultura pós-ditatorial do museu.

A sobreposição da instalação fotográfica carrega um significado importante, a consequência ética de ter defendido os direitos humanos na época da ditadura exige que continuemos a fazê-lo hoje.

Ao lado dos monitores, há um texto que convida o visitante a contribuir com suas reflexões sobre o conteúdo nas redes sociais do MMDH, através da utilização da hashtag “*masquenuncamdh*” no Instagram e Twitter da instituição. A extensão dessas memórias deve, conforme Sanchez (2020), transbordar os espaços físicos do museu e compor, também, um espaço virtual.

Baseada nessa premissa, a instalação irá incorporar novos temas à medida que o museu se aprofunde em sua programação anual. Como explica Lucrécia Conjet:

estava previsto a incorporação de testemunhos de migrantes, mas, devido às exigências de medidas sanitárias na pandemia, isto não foi possível. Como mencionou: são recortes ligados à diversidade sexual, equidade de gênero e meio ambiente, que conversem diretamente com as demandas do presente. (CONJET em entrevista concedida à Fernanda Lima em 20 fevereiro de 2020).

Embora a exposição possibilite a conquista de um espaço para sujeitos que ainda não eram visíveis na narrativa principal do museu, diferente da forma que ocorreu com a inclusão das lutas femininas, “*Mujeres por la Vida*”, na linha do tempo do Módulo “*La Lucha por Libertad*”, a seção “*Más que nunca*” opta pela sazonalidade dos temas e grupos sociais que serão destacados anualmente na mostra. Essa estratégia faz com que a exposição se aproxime mais de uma exposição temporária, embora permaneça por mais tempo no espaço.

Desse modo, a partir da breve descrição e análise da exposição permanente do MMDH, a partir das mudanças realizadas, nos deparamos com uma alternância de estratégias narrativas. A maioria dos elementos apresentados no itinerário proposto mobiliza o passado de uma forma que é conveniente para o projeto dominante de transição. O passado do Chile é colocado não apenas no *continuum* da violência global do século XX, mas, também, dentro de um conjunto global de “melhores práticas” para lidar com violências passadas tão variadas quanto o “genocídio judeu”, “apartheid”, ditadura militar.

O mapa-múndi e as descrições de comissões da verdade distribuídas demonstram que o Chile não foi o único a ser vítima da violência política, bem como, a formular mecanismos para lidar com o legado dessa violência. No entanto, quando se trata de contextualizar o passado ou o presente violento do Chile no contexto da história do Chile, o museu optou em manter a fórmula narrativa: “vítimas” *versus* “perpetradores”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação do tempo presente como eixo problematizador das ações museais têm ocorrido com importante impacto. O MMDH, ao abordar as problemáticas do presente associadas à violência da ditadura militar, mobiliza os visitantes para a discussão sobre seu tempo e a desnaturalização do olhar e o choque cognitivo sobre a violência narrada que também ocorre ao seu redor.

Como apontou Assman sobre as concepções de passado, futuro e memória: “na estrutura da memória, o futuro é dirigido pelo passado, mas o passado também é reavaliado através da luz do futuro” (p. 126). Ou seja, proteger o acervo da ditadura do desgaste e esquecimento e ao mesmo tempo incluir outras experiências de repressão que não exatamente correspondem ao passado retratado, pode ser uma estratégia interessante para repensarmos (reavaliarmos) o passado através do olhar presente (ou do futuro).

Considerando, deste modo, as especificidades destes espaços, não é uma questão de mergulhar ou não no presente, mas sim entender que as ações museais estarão sempre guiadas pelas perguntas do tempo no qual se enquadra os seus profissionais, públicos, vítimas diretas ou indiretas do passado do qual se pretende iluminar. Ou seja, devem ser encarados também como lugar social de produção de conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei. PEREIRA. Matheus: Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital 270. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.

COSTA, Martins Carina. Expor, reter, transformar e/ou projetar: temporalidades em cena nos museus contemporâneos. **Caleidoscópio • Cad. CEDES** 30 (82) • Dez 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000300010>.

ESTEVEZ, Francisco. **Guia e Orientaciones Estrategicas**. Memoria Anual. Museo de La Memoria y de Los Derechos Humanos. 2017. Chile. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://web.museodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2018/04/MEMORIA_ANUAL_2017_OLD.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2021.

FERNANDES, Gica. Museo da Memória / **Estudio America**. 02. nov. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-715/museu-da-memoria-estudio-america>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

FRISCH. Michael *Shared Authority, A: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. State University of New York Press - 273 páginas. 1990.

KNAUSS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Org.) **Que história pública queremos?** What public history do we want? Belo Horizonte: Letra e Voz, 2018.

MACDONALD, Sharon, **Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond** (London: Routledge, 2009).

MENEGUELLO, Cristina. "Patrimônios Difíceis (Sombrios)" In: CARVALHO, Aline e Meneguello, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 245.

SANCHEZ, Paula. Entrevista sobre Área de Comunicação do Museo de La Memoria y de los Derechos Humanos, entrevista concedida a Fernanda Luiza Teixeira Lima em 20/02/2021.

SODARO, AMY. *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence*. Rutgers University Press, 2018. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctt1v2xskk>. Accessed 22 Nov. 2022.

SMINK, Veronica. As histórias de quem perdeu a visão nos levantes de outubro, *El País*, Chile, 21 de outubro de 2019.